

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL - PLAGEDER**

MARCELO MÜLLER

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E DETERMINANTES DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE
NO MEIO RURAL: ANÁLISE PARA A REALIDADE DE TRÊS DE MAIO - RS**

**Três de Maio
2017**

MARCELO MÜLLER

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E DETERMINANTES DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE
NO MEIO RURAL: ANÁLISE PARA A REALIDADE DE TRÊS DE MAIO - RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Aline Reis Calvo Hernandez

Coorientadora: Carima Oliveira Atiyel.

Três de Maio

2017

MARCELO MÜLLER

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E DETERMINANTES DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE
NO MEIO RURAL: ANÁLISE PARA A REALIDADE DE TRÊS DE MAIO - RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Aprovado com Conceito (C)

Prof.^a Dr.^a ALINE REIS CALVO HERNANDEZ
Orientador
UFRGS

Prof.^a Dr.^a FLÁVIA CHARÃO MARQUES
UFRGS

Prof. Dr. JOÃO DORNELES RAMOS
UFRGS

Três de Maio, 21 de novembro de 2017.

Dedico este trabalho aos meus amores - esposa e filhos – por entenderem e suportarem as ausências, mesmo em momentos difíceis e conturbados. A vocês, meu zelo diário, amor infinito e comprometimento eterno – nesta vida e por quantas for necessário!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por oportunizar momentos e períodos como este, em que podemos construir e buscar conhecimento, agregando valor aos nossos dias, auxiliando nossa caminhada e possibilitando que possamos nos tornar pessoas melhores.

Agradeço também aos amigos e parceiros, pela disponibilidade e paciência em nos receber e auxiliar. Tenham plena certeza que sem vocês, nada disso poderia acontecer.

Agradeço ainda aos professores e tutores, pelas orientações e indicações, sempre auxiliando na busca e agregando sabedoria na construção do conhecimento.

Em especial, agradeço minha família, pelo incentivo e fé em mim depositados.

À todos, fica a promessa e compromisso firmado de empreender esforço diário para tentar corresponder às expectativas.

“Quem não sabe pr’onde vai, não vai a lugar nenhum!” (*Jaime Caetano Braun*).

RESUMO: Estudar aspectos pessoais e individuais nem sempre é uma tarefa simples. As respostas às indagações são entregues conforme o ambiente e momento pessoal e intransferível do entrevistado. Não há como ser diferente, visto que somos todos seres humanos e sempre estamos sujeitos à influência de tudo e todos os que nos rodeiam. Neste trabalho iremos tratar sobre educação do campo e determinantes do nível de escolaridade no meio rural: análise para a realidade de Três de Maio/RS, sendo este o objetivo geral da pesquisa, a qual se desenvolveu com cidadãos do meio rural do município que se encontram na faixa etária acima dos 40 anos de idade. As questões da pesquisa compreenderam descrever as mudanças ocorridas na educação do campo desde a década de 1970 até os dias atuais, analisar a perspectiva de retomada das atividades estudantis junto ao público participante, e através destes, propor ações de parceria com o poder público, a fim de elaborar uma proposta educacional que respeite as especificidades deste público. Para se chegar aos resultados, utilizaram-se de entrevistas semiestruturadas, com roteiro pré-definido, para conduzir as conversas junto aos participantes, a fim de se obter as informações pretendidas. Nestas entrevistas, aconteceram longas horas de conversas com os participantes, onde os mesmos se dispuseram a relatar diversos acontecimentos de suas vivências. Os principais resultados são apresentados, descritos e discutidos, para que sejam melhor compreendidos pelo leitor. Os participantes tem sua identidade preservada, conforme a manifestação da vontade de todos.

Palavras chave: Educação do campo. Escolaridade. Meio rural.

ABSTRACT: Studying personal and individual aspects is not always a simple task. Responses to inquiries are delivered according to the interviewee's personal and non-transferable environment. There is no way to be different, since we are all human beings and we are always subject to the influence of everything and everyone around us. In this work, we will focus on rural education and determinants of educational level in rural areas: analysis for the reality of Três de Maio / RS, this being the general objective of the research, which was developed with citizens of the rural area of the municipality. In the age group above 40 years of age. The research questions included describing the changes that occurred in the education of the field from the 1970s to the present day, analyzing the perspective of resuming student activities with the participating public, and through these, propose partnership actions with the public power, to prepare an educational proposal that respects the specificities of this public. To reach the results, we used semi-structured interviews, with a pre-defined itinerary, to conduct conversations with the participants, in order to obtain the desired information. In these interviews, there were long hours of conversations with the participants, where they were willing to report various events of their experiences. The main results are presented, described and discussed, so that the reader better understands them. The participants have their identity preserved, according to the manifestation of the will of all.

Keywords: Field education. Schooling. Countryside.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Ensino Fundamental Incompleto.....	26
Gráfico 2 – Ensino Fundamental Completo.....	26
Gráfico 3 – Ensino Médio Incompleto.....	27
Gráfico 4 – Ensino Médio Completo.....	27
Gráfico 5 – Graduação.....	27
Gráfico 6 – Pós Graduação.....	27
Gráfico 7 – Relação renda x atividade extra.....	28

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REVISÃO DA LITERATURA	15
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	20
3.1 Tipo de Estudo	20
3.2 Campo de estudo	21
3.3 Participantes	21
3.4 Coleta dos Dados	22
3.5 Aspectos Éticos	22
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	24
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37
APÊNDICES	40
Roteiro semiestruturado para entrevista	40
Termo de consentimento livre e esclarecido	41

1 INTRODUÇÃO

A temática da educação no campo envolve a compreensão de determinados conceitos. Em primeiro lugar, entende-se que esta educação é formal, oferecida para os habitantes do campo ou os habitantes do espaço rural, de forma que o ensino, com seus conteúdos programáticos, suas atividades e a própria construção de conhecimento sejam e estejam postos como forma de compreensão e entendimento do espaço rural, respeitando as especificidades inerentes a essa forma de vida e sua consequente socialização com o urbano e suas interfaces.

Conforme Molina (2006, p.11) “um dos desafios da Educação do Campo é provocar rupturas em interpretações que unidimensionalizam o multidimensional, tal como é o território rural”. Ou seja, faz-se necessário que aqueles que estão envolvidos com a educação do campo tenham sensibilidade e acurácia para perceber e entender os nuances e as diferenças vividas pelos implicados nos processos, para que assim possam proporcionar-lhes uma educação que venha a tornar-se prática, que lhes agregue conhecimentos que possam ser utilizados em suas vidas e rotinas, não se tornando algo enigmático, supérfluo ou utópico.

O município estudado está localizado na região noroeste do Rio Grande do Sul e possui uma população com cerca de 24 mil habitantes, dos quais aproximadamente 4,7 mil habitam o meio rural (IBGE, 2010). Como estes mesmos dados informam, a população rural corresponde a 19,6% do total de habitantes do município. Destes, conforme o Plano Decenal de Educação do Município, temos em torno de 4,3 mil alfabetizadas, ou seja, cerca de 91,5% da população rural é alfabetizada.

Tendo em vista essa participação relativa, e levando em consideração que o município e região têm sua economia fortemente calcada na produção agropecuária – com ênfase nos grãos de soja, de milho, de trigo e no leite –, o interesse desta pesquisa esteve em aprofundar o conhecimento sobre a realidade da educação neste contexto social. Tal fato nos impeliu a buscar quais são as possibilidades de educação e de que maneira a mesma se dá frente às dificuldades e oportunidades desse meio, bem como quais são as estratégias que podem e devem ser utilizadas para que esse ensino se materialize.

A fim de buscar essas respostas, o trabalho levantou dados e informações acerca da educação do campo de pessoas com faixa etária acima de 40 anos de

idade, que vivem e tiram seu sustento das atividades desenvolvidas no campo, sendo que o público desse estrato populacional oferece uma contribuição bastante considerável para a economia local e para a sociedade.

O meio rural, de maneira geral, pode estar enfrentando problemas de gerenciamento de suas rotinas, tanto nas atividades desenvolvidas na parte laboral quanto no que tange ao aspecto financeiro, pessoal e profissional. Talvez pelas influências culturais e heranças, de acordo com Silvestro (2001, p.69) a transferência de uma propriedade se dá ao longo dos anos e se inicia quando os sucessores são ainda crianças e os sucedidos estão em plenas e totais capacidades física e mental. Esta afirmação exemplifica o contexto vivenciado pela maioria dos habitantes rurais da região estudada.

Baseando-se no fenômeno da sucessão rural, foi realizada a presente pesquisa de cunho qualitativo, de tipo exploratório, descritivo e interpretativo visando traçar alguns indicadores e relações entre a educação do campo e os níveis de escolaridade da população adulta do município, procurando entender alguns fatores e suas relações, uma vez que alguns autores comentam serem fatos indissociáveis o desenvolvimento de um determinado local e o nível educacional da população deste mesmo local.

Diz Jesus e Santos (2011, p.12) que “o processo formativo tem produzido consequências em diferentes aspectos que vão desde a inclusão dos sujeitos na sociedade letrada, o aumento de participação social dos trabalhadores do campo nas associações e cooperativas”. E complementa afirmando que “a qualificação e a profissionalização dos trabalhadores através da educação tem produzido novas interpretações sobre a vida no campo e a sua importância na economia, na política, na sociobiodiversidade e na inclusão no campo”. Conforme a autora, a educação transforma não só o ser, mas também tudo aquilo onde ele habita e convive, estendendo suas aplicações e efeitos de maneira positiva sobre as comunidades e os que ali vivem e convivem.

Pelo exposto, busca-se analisar o contexto da educação do campo e suas relações junto às pessoas da faixa etária acima dos 40 anos de idade que vivem no meio rural do município e desenvolvem suas atividades ou produzem seus ganhos e sustentos através das atividades rurais. Justifica-se este recorte a fim de relacionar os resultados com os problemas que porventura poderiam vir a ser apontados pelos participantes.

Levando-se em conta as relações apontadas, a realização da pesquisa objetivou avaliar se o nível educacional da população acima dos quarenta anos de idade influencia nos problemas enfrentados, sejam as dificuldades de gestão das propriedades, de gerenciamento financeiro e das atividades produtivas.

Conforme afirma Kominkiewicz (2015, p.7) “A gestão de propriedades rurais familiares passa por diversas dificuldades, primeiramente pela cultura da própria família que carrega por anos, depois pela acessibilidade e condições financeiras e de tempo que estas enfrentam.” E complementa “pelo fato de entender os obstáculos que fazem com que a gestão de propriedades rurais familiares ande em ritmo tão vagaroso”. Nantes (2001) corrobora nesse sentido:

Observa-se que ainda hoje boa parte dos produtores rurais adota decisões condicionadas apenas à sua experiência, à tradição, potencial da região e à disponibilidade de recursos financeiros e de mão de obra. Quando a rentabilidade é baixa, o produtor percebe, mas tem dificuldade em quantificar e identificar os pontos de estrangulamento do processo produtivo (NANTES, 2001, p.560).

Isso posto podemos dizer que a questão do gerenciamento das propriedades é uma dificuldade vista e sentida, onde certos hábitos arraigados tornam mais difícil a incorporação, no dia a dia, de práticas inovadoras que possibilitem efetuar a gestão das propriedades com maior acurácia, tendo ingerência sobre todos os aspectos necessários, tais como o financeiro, o laboral e o produtivo, entre outros.

Nesse sentido, de focar na gestão através da capacitação visando à eliminação de percalços e erros, Spies (2010) afirma:

Melhorar a gestão das propriedades também é fundamental para acertar mais e errar menos nas decisões que devem ser tomadas pelo produtor. Quem não controla seu negócio não consegue administrar, e quem não planeja também não gerencia, não tem futuro, tem apenas destino. A melhoria da gestão deve ocorrer não apenas em relação à área de produção, mas também nas áreas de mercado, administração financeira e administração das pessoas na propriedade rural (SPIES, 2010, p.16).

Conforme essas afirmações, a prática do “achismo” levando em conta somente as próprias experiências “empíricas” sem analisar o contexto à sua volta em cada época dos acontecimentos, sem ampliar conhecimentos técnicos, contribui para o insucesso ou maior limitação de gestão das propriedades rurais. Assim como a ausência de entendimento do que é planejar e administrar contribui e em alguns casos acelera esse processo.

Assim, a pesquisa focou em explorar e discutir alguns aspectos relacionados à Educação do Campo e seus efeitos, mediante a coleta de informações realizadas através de entrevistas, procedimento detalhado na seção de Metodologia. O objetivo geral foi o de analisar os principais fatores implicados no nível de escolarização atual da população rural acima dos 40 anos no município de Três de Maio/RS. Os objetivos específicos foram: a) Descrever as mudanças ocorridas na área da Educação do Campo da década de 1970 até os dias atuais; b) Explorar casos da população rural acima de 40 anos que evidenciem como essas mudanças foram vivenciadas e suas consequências; c) Analisar as perspectivas de retomada das atividades estudantis no público-alvo da população rural acima de 40 anos; d) Propor ações em parceria com o poder público, a fim de elaborar uma proposta educacional que respeite as especificidades do público-alvo pesquisado.

Nesse sentido, se aprofundou alguns indicadores qualitativos que permitissem compreender porque nos deparamos com índices tão baixos de escolaridade na população adulta de Três de Maio, a fim de avaliar se é necessária e se pode ser viável a oferta de atividades educacionais que proporcionem conhecimentos e aprendizagens a esse público-alvo.

Este é um questionamento e uma curiosidade que traz inquietações e suscita dúvidas, conforme afirma Batista (1995) quando diz que a educação sempre esteve à margem da população excluída do campo. O autor revela através de seus estudos que a estrutura de ensino pouco fez para que as estruturas do campo, ao longo de décadas, conseguissem ter a mesma atenção das estruturas da cidade, sendo esses fatores determinantes para a atração de docentes qualificados e discentes voluntariosos.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Tratando-se de educação de população rural, falaremos sobre educação no campo, à qual se desenvolve nos meios rurais, ou seja, tem atuação em localidades distantes dos centros urbanos, com população específica, e com suas especificidades enquanto ente público. Bem como nos coloca Fernandes (2002):

A educação do campo é um conceito cunhado com a preocupação de se delimitar um território teórico. Nosso pensamento é defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda: desde sua realidade. Quando pensamos o mundo a partir do lugar onde não vivemos, temos um “não lugar”. Isso acontece com a população quando pensa o mundo e, evidentemente, o seu próprio lugar a partir da cidade. Esse modo de pensar idealizado leva ao estranhamento de si mesmo, o que dificulta muito a construção de identidade, condição fundamental da formação cultural. (FERNANDES, 2002, p.98)

De encontro a essa forma de pensamento está descrito a Lei 9.394/96, em seu artigo 28, onde determina ações de adequações ao ensino destinado às populações do campo:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I) Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos das zonas rurais
- II) Organizações escolares próprias, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e condições climáticas;
- III) Adequação à natureza do trabalho na zona rural (Lei nº 9.394/96)

Estas adequações são propostas para que sejam compreendidas e respeitadas, e dessa forma preservadas e mantidas as culturas e saberes de cada localidade e de seus habitantes, de forma que a educação e a vivência no campo se funda com o conhecimento aprendido, e os faça se perceberem como parte da sociedade no seu todo.

Conforme alguns autores apresentam em seus estudos, Brandão (1999) apresenta:

É complicado vislumbrar aquilo a que se dá o nome de escola, em uma região rural onde um pouco mais de chuva no domingo impede o exercício das aulas na segunda-feira. [...] tudo o que há são pequenas construções de uma ou duas salas, encravadas em terras cedidas de sítios e fazendas: escolas isoladas e escolas de emergência, onde o qualificador dos próprios nomes oficiais dispensa qualquer outro adjetivo (BRANDÃO, 1999, p.18).

Conforme o autor, escolas situadas em meios rurais se propõem a dar as primeiras noções de alfabetização, permeadas por breves noções acerca das várias matérias que compõem o ensino, visando tirar os alunos do analfabetismo, dando os passos iniciais, ensinando o básico, porém não se propondo a ir adiante, tanto por dificuldade de estrutura como de profissionais, além da gritante falta de investimentos dos governos em educação.

Segundo Batista (1995), a educação sempre esteve à margem da população excluída do campo. O autor comenta em seus estudos que a própria estrutura de ensino pouco fez para que as estruturas do campo tivessem a mesma atenção da cidade, sendo esses fatores determinantes para a atração de profissionais qualificados e estudantes com vontade de ir além.

Ao longo do tempo, alguns processos implantados no país tendo como proposta o desenvolvimento econômico e social da nação deixaram de lado a educação formal, tais como a revolução verde, ou mesmo o famoso “cinquenta anos em cinco”, não incluíram a educação como prioridade, visto que à época não era de interesse dos detentores dos poderes que a faixa da população menos favorecida tivesse acesso à educação de qualidade, bem como afirma Nascimento (2003):

A exclusão social e educacional dos moradores do campo tem que ser entendida historicamente. No Brasil, a força da ideologia dominante, composta pelas oligarquias agrárias que imperam desde o Brasil colonial, defendia o discurso de que aprender a ler e a escrever para os camponeses era inútil e supérfluo. O argumento era o de que a natureza do trabalho camponês (produção de alimentos a partir do manejo com a terra para sua subsistência e a venda de excedentes para a população urbana) não prescindia de formação escolar nenhuma. O próprio modo de vida camponês, a priori, era a justificativa para a negação do acesso à educação para os mesmos (NASCIMENTO, 2003, p.02).

Esta afirmação demonstra o quão distante estavam as populações do campo do acesso proporcionado aos urbanos, uma vez que o próprio acesso às informações, em décadas passadas, não era universalizado como hoje em dia. As evasões e abandonos desde os primeiros anos de ensino era uma constante, e as baixas frequências individuais também. A cultura existente em épocas passadas era a do trabalho, onde uma pessoa a mais ou a menos nos afazeres diários da família ou da propriedade rural fazia uma diferença considerável.

Por isso mesmo os alunos destas épocas passadas eram incentivados por seus próprios familiares a deixarem os estudos e se dedicarem integralmente ao

trabalho. Ainda, mesmo a mobilidade aos locais mais remotos e distantes era dificultosa, uma vez que estradas e caminhos eram dotados de pouca ou nenhuma infraestrutura, o que muitas vezes, por força de intempéries climáticas combinadas com a ausência ou impossibilidade de meios de locomoção apropriados, fomentava a ausência e evasão, bem como relatam Andrade e Di Pierro (2004):

Os principais motivos apontados como a causa desses números negativos são a inexistência de centros educativos próximos à moradia, pela falta de transporte escolar ou porque as miseráveis condições de vida de suas famílias lhes impunham trabalhar em casa ou na roça desde muito cedo. (ANDRADE; DI PIERRO, 2004, p.19).

Essa forma de pensamento trouxe um efeito entendido como nocivo para a sociedade brasileira, visto que a baixa eficácia da educação do campo de tempos passados acabou por preparar os habitantes dos meios rurais para a subordinação ao modelo capitalista adotado no país, e em alguns casos, os incentivou a, junto de grandes proprietários ou investidores, buscarem oportunidades em novas fronteiras agrícolas ou partirem para áreas urbanas. Segundo Batista (1995) fez estabelecerem-se, salvo exceções, em áreas suburbanas das cidades, criando bolsões de miséria, fortalecendo as estatísticas de violência e criminalidade e os tornando habitantes fora de seu habitat, que seria originalmente o campo, onde sabem produzir, local onde trabalham e vivem “com naturalidade”.

Essa afirmação traz um contexto bastante observado em nossos meios de convivência, com famílias inteiras se deslocando do campo para a cidade motivados pelo sonho de obter uma vida melhor do que levavam no campo, o que, em muitos casos, não se concretiza. Este sonho, uma vez frustrado, impele os envolvidos a procurar alternativas e, diante das dificuldades e agruras enfrentadas, em alguns casos extremos leva à marginalidade. Este caminho torna-se um grande problema para a sociedade como um todo, uma vez que para solucioná-lo é necessário tempo, esforços e investimentos de diversas fontes e origens.

São necessários investimentos em estruturas, maquinários, equipamentos, e pessoas. Para se trabalhar educação com níveis satisfatórios de qualidade, se necessita de acomodações físicas (prédios, pavimentos, espaços), maquinário e equipamentos de informática e tecnologia, para instalação de laboratórios e salas de pesquisa, além de investimento em pessoas – basicamente docentes e funcionários –, para que estejam habilitados e motivados para contribuir na construção do conhecimento daqueles que se propõem a buscá-lo.

Estes investimentos podem ser de origem pública, através da articulação de políticas alinhadas entre duas ou mais esferas – municipal, estadual e federal –, ou pode ser fruto de iniciativa privada, onde o empresariado interessado no setor realiza o investimento visando obter ganhos nisso. Essa última proposta trará implícita um custo a ser pago pelos usuários (alunos) das estruturas, infelizmente.

Corroborando e explorando a questão do viés social, a autora Molina (2004), diz que ao pensarmos na construção de um projeto de Educação do Campo temos que refletir a respeito de quais são as relações emocionais e culturais que esses sujeitos têm com a terra. Dentro dessa linha de pensamento, se faz necessário que vejamos, dentro de outras tantas variáveis e situações, quais são as relações interpessoais que alimentam e permeiam as vidas nas comunidades.

Devemos partir da realidade concreta, dos vínculos de cada sujeito com a terra, sabendo qual sua identidade territorial, para que se possam trilhar caminhos que venham a satisfazer seus anseios e aspirações com relação ao “novo”, ao futuro e o sentido que essas ações terão sobre sua vida. Bem como explicam Andrade e Di Pierro (2004), a educação do campo deve contemplar em seu currículo valores e ética, ou seja, o *ethos* dos povos de cada região e de cada contexto social do campo brasileiro.

Nesse sentido, a educação no campo necessita estabelecer suas políticas e eixos de atuação voltados para cada região do país, respeitando as culturas, crenças, aptidões, costumes e tradições, a fim de criar um movimento de troca entre o ensino e tudo que este envolve e representa “com” e “para” o indivíduo e sua comunidade, gerando aproximação, estando mais próxima dos envolvidos, sendo agente de mudança e desenvolvimento efetivo dos locais. De forma resumida, não há porque ensinar o “pescador a pescar” e o “lavrador a lavar”, mas buscar maneiras de demonstrar a eles que são e fazem parte de uma estrutura social que interage com outras estruturas, de formas e maneiras diversas, onde cada um tem sua identidade e espaço singular. O fruto de seu trabalho os faz conhecidos e reconhecidos por eles mesmos. Não menos importante é demonstrar que esse trabalho (pescar e lavar, entre tantos outros) é dignificante, correto e salutar, além de existir sempre a possibilidade de poder ser melhorado e desenvolvido de maneira mais simples, prática e prazerosa, e assim, garantir rendimentos regulares (ou não), mas satisfatórios a quem produz.

Conforme afirma Freire (2000), quando diz que a educação é um processo permanente, que não se restringe dentro dos muros da escola, pois não acontece exclusivamente na escola. Não existe reflexão sem algum tipo de ação, não há como teorizar sem conhecer a realidade. A troca de experiências que só a vida em sociedade e o convívio com diferentes grupos são capazes de proporcionar. Estas experiências se fazem indispensáveis para o crescimento e o aprendizado, não só do indivíduo como do grupo todo. A experiência de um, somada a experiência de outro, resulta em conhecimento agregado pela convivência. Quando diversas experiências se somam, o resultado é crescimento e aprendizado, tanto pessoal quanto coletivo para todos os participantes.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia embasa o desenvolvimento da pesquisa, bem como se propõe a fazer a análise e discussão dos resultados conseguidos, e se possível, indicar ações que possam vir a ser desenvolvidas e implementadas junto ao público e comunidades estudadas, a fim de que estas possam ser efetivas e gerar resultados positivos para esses locais e pessoas. Diz Oliveira (2011):

Quando se fala em método buscam-se explicitar quais são os motivos pelos quais o pesquisador escolheu determinados caminhos e não outros. São estes motivos que determinam a escolha de certa forma de fazer ciência. (OLIVEIRA, 2011, p. 07).

Ao se escolher uma forma de trabalho se faz a opção pensando no que de melhor pode ser extraído do conjunto de tarefas a serem realizadas.

3.1 Tipo de Estudo

O estudo realizado foi de tipo explicativo, com etapas exploratória e descritiva acerca do nível de escolaridade do público alvo e sua relação com o contexto rural atual. Valeu-se de pesquisa bibliográfica e levantamento de dados através de entrevistas junto a pessoas com mais de 40 anos de idade permitindo análises e diagnósticos que venham a ser relevantes para a construção de ações efetivas para a população e as localidades estudadas. Como informa Gil (1999):

A pesquisa explicativa tem como objetivo básico a identificação dos fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de um fenômeno. É o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, pois tenta explicar a razão e as relações de causa e efeito dos fenômenos. (GIL, 1999, p. 42).

Para Lakatos e Marconi (2001) todo trabalho científico deve ter o apoio e o embasamento da pesquisa bibliográfica, para não desperdiçar tempo com problemas que já tenham sido solucionados e que assim se possa chegar a conclusões inovadoras. Deste modo, utilizamos pesquisas bibliográficas de estudos já realizados sobre o tema educação e educação do campo, além de autores e materiais divulgados e publicados sobre estes temas.

Nessa perspectiva, nos propusemos a estudar também se ações intervencionistas de cunho educacional – conhecimento formal – são aceitas e

utilizadas por este estrato populacional. O embasamento teórico serviu também para orientar o trabalho no sentido de realizarmos uma avaliação do nível de escolaridade dos adultos pesquisados e propormos ações práticas que possam sensibilizar o poder público local em ações e projetos efetivos. Trabalhos dessa ordem revelam fatores desconhecidos que visualizam a efetividade e aceitação ou não das práticas e proposições.

3.2 Campo de estudo

O estudo foi realizado com habitantes do meio rural do município de Três de Maio/RS situados na faixa etária acima de 40 anos de idade, a fim de verificar qual o nível de educação formal atingido tanto individualmente quanto na média desses habitantes e as influências que a escolaridade apresenta em relação à situação atual dessas pessoas e suas propriedades. A pesquisa apresenta uma série de indicadores (diagnóstico) sobre a escolaridade de adultos do meio rural de Três de Maio, a fim de propor ações que venham a intervir ou modificar as situações.

3.3 Participantes

Os participantes foram convidados e os critérios de seleção se embasaram em residir ou produzir no meio rural e pertencer à faixa etária acima dos 40 anos de idade. Obviamente, chegarmos próximos a 10% (dez) por cento dessa população seria um cenário ideal para uma amostragem representativa em pesquisa, porém há uma conjunção de fatores que dificultam atingir esse percentual. Por exemplo, o tempo de pesquisa de campo. Diz Triviños (1987):

[...]Porém, não é, em geral, a preocupação dela a quantificação da amostragem. E, ao invés da aleatoriedade, decide intencionalmente, considerando uma série de condições (sujeitos que sejam essenciais, segundo o ponto de vista do investigador, para o esclarecimento do assunto em foco; facilidade para se encontrar com as pessoas; tempo do indivíduo para as entrevistas, etc.) (TRIVIÑOS, 1987, p.132).

O desenvolvimento da pesquisa visou ouvir uma quantidade menor de pessoas, mas que fossem representantes de lugares diferentes do interior, ou seja, de comunidades diferentes de Três de Maio, pois dessa forma conseguimos abranger moradores dos cinco distritos oficiais do município, a saber: Barrinha com

06 participantes, Consolata com 13 participantes, Manchinha com 12 participantes, Progresso com 04 participantes e Quaraim com 20 participantes. Conforme mencionado, a adesão se deu de forma voluntária. Porém, incluir todos os distritos foi importante à pesquisa, pois assim os dados revelaram maior diversidade e puderam revelar algumas idiossincrasias contextuais dos distritos.

3.4 Coleta dos Dados

A coleta dos dados se deu através de entrevistas semiestruturadas que apesar de terem um roteiro pré-definido admitiam a introdução de novas questões conforme a dinâmica da entrevista transcorria. Segundo Cervo e Bervian (2002), a entrevista é uma das principais técnicas de coleta de dados e pode ser definida como conversa realizada face a face pelo pesquisador junto ao entrevistado, seguindo um método para se obter informações sobre determinado assunto.

O Roteiro de Entrevista (Apêndice 1) previu levantar alguns indicadores relevantes, a saber: a idade do entrevistado, seu nível de escolaridade, e o ponto chave: os motivos que o levaram a atingir o nível escolar declarado. Obviamente, algumas questões a mais foram abordadas, corroborando para a análise dos resultados.

Segundo Gil (1999), nas entrevistas semiestruturadas o entrevistador possui grande liberdade de ação e pode incursionar por vários assuntos e testar várias hipóteses durante o curso da entrevista. Assim como o entrevistado pode discorrer sobre uma vasta gama de assuntos e revelar dados interessantes e relevantes para a pesquisa, os quais não viriam à tona se a proposta viesse a ser realizada de maneira rígida e formal.

No total foram entrevistadas 55 pessoas, todas com idade acima de 40 anos. Na seção de Análise e Discussão dos Resultados analisaremos os perfis dos entrevistados e os indicadores relativos à Educação do Campo, nível de escolaridade e seus efeitos no meio rural e produtivo.

3.5 Aspectos Éticos

Os participantes contaram com total garantia da preservação do anonimato, bem como, não foram vinculadas informações a nomes verdadeiros. Também não

foram permitidas outras formas de uso dos dados que não à análise do TCC, visando impedir que os participantes possam ser identificados ou expostos. Todos os procedimentos éticos em pesquisa estão explicitados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 2).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados foram organizados e descritos através de conjuntos de categorias analíticas, onde todos os dados foram tabulados, para que pudessem ser melhor explicados e melhor discutidos, conforme categorias de análise e eixos da temática proposta, de acordo com os temas-chave que emergiram das entrevistas.

Esse método de sistematização de dados possibilita a realização das análises descrevendo, compreendendo e avaliando as situações e fatos apontados pelos entrevistados. Como afirma Godoy (1995):

Algumas características básicas identificam os estudos denominados qualitativos. Segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando "captar" o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno (GODOY, 1995, p.21).

Nessa forma de análise, se faz necessário averiguar as informações e dados adequados ao que se propôs a pesquisa, pois é preciso organizar e sistematizar os dados em categorias/dimensões de análise e organizar os dados segundo sua relevância e pertinência. Ainda, é necessário que se lance mão da fidedignidade, não só ao descrever, mas também ao analisar as informações e dados levantados e obtidos. Após a análise, o desafio foi relacionar os principais resultados, possibilitando que fossem feitas avaliações relevantes que servissem de base para a proposição de ações pertinentes e factíveis junto ao poder público municipal.

A seguir discorreremos acerca dos resultados alcançados e as discussões que os mesmos provocam, dentro dos objetivos da pesquisa. Em um universo de 55 entrevistados, a média de idade dos participantes ficou em 54 anos, sendo que o participante de menor idade tem 40 anos e o de maior idade 73 anos. Este recorte demonstra que tivemos uma diversidade de gerações bastante interessante, mesmo sendo todos os participantes do sexo masculino, titulares (responsáveis diretos) e proprietários das áreas rurais onde produzem. Também se identifica que são todos indivíduos de cor branca, casados com mulheres e que possuem ao menos um filho cada um.

Deste total, tivemos a participação de 44 pessoas que produzem e residem no interior e 11 pessoas que produzem no interior e residem na cidade. A amostragem traz também números parecidos quando questionados se a atividade agropecuária é a única atividade exercida, onde 45 responderam sim, que é a única atividade e 10 responderam que possuem uma ou mais atividades além da produção agropecuária.

No que tange ao faturamento anual de cada participante, 27 disseram que possuem faturamento até R\$ 150.000,00 anuais, 17 disseram ter faturamento entre R\$ 150.000,00 até R\$ 400.000,00 e 11 possuem faturamento acima de R\$ 400.000,00.

Assim como 28 afirmaram possuir ensino fundamental incompleto, 05 afirmaram possuir ensino fundamental completo, 02 afirmaram possuir ensino médio incompleto, 17 afirmaram possuir médio completo, 01 afirmou possuir graduação e 02 afirmaram ser pós-graduados. Neste ponto, podemos ver que mais da metade dos entrevistados possui baixa escolaridade. Veremos adiante os fatos e motivos relatados para esta situação.

Causa inquietação essa correlação escolaridade x renda. Neste ponto podemos ver que entre o grau de escolaridade observado e as três faixas de renda estabelecidas na pesquisa, foi observada uma diversidade grande nestes quesitos.

Embora se tenha resultados que demonstrem que maiores níveis de escolaridade geram maiores ganhos e rendimentos, conforme afirma em sua pesquisa Bonadia (2008, p.23):

Conclui-se principalmente então, que a educação que o indivíduo possua ajudará imensamente a tornar a recompensa pelo seu trabalho mais rentável. Aqueles que possuem um nível maior de estudo poderão ocupar-se em atividades cada vez mais reconhecidas monetariamente. (BONADIA, 2008. p.23).

Os resultados encontrados confirmam o que diz a autora, embora tenhamos algumas pequenas divergências as quais entendemos como normais, visto estarmos trabalhando com público rural, enquanto a pesquisa da autora foi realizada com trabalhadores de regiões urbanas.

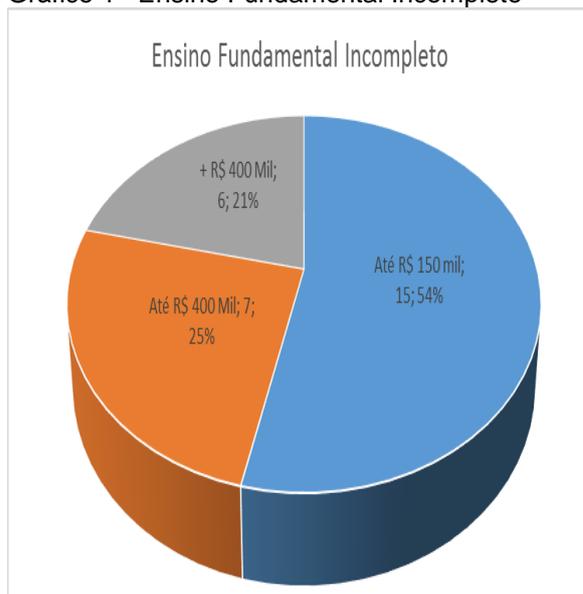
Dos 28 declarantes que dizem possuir ensino fundamental incompleto, 15 obtém faturamento até R\$ 150 mil/ano, ou seja, 54% deste perfil de escolaridade. Já os 05 que afirmaram ter ensino fundamental completo, 04 estão situados na faixa de faturamento de R\$ 150 mil/ano e um na faixa de até R\$ 400 mil/ano. Já nos de maiores níveis de escolaridade, a situação se modifica um pouco. Entre os 17 que

dizem ter ensino médio completo, 06 faturam até R\$ 150 mil/ano, ou 35% dos enquadrados neste perfil de educação, 08 faturam até R\$ 400 mil/ano, ou 47% deste perfil, e 03 faturam mais de R\$ 400 mil/ano, ou 18% deste perfil. Dos 02 entrevistados que disseram ter ensino médio incompleto estão situados 01 em cada perfil de faturamento, sendo 50% com rendas até R\$ 150 mil/ano e 50% com rendas até R\$ 400 mil/ano. Seguindo a análise podemos observar que o graduado se situou na faixa de faturamento anual de até R\$ 400 mil/ano. Os 02 pós-graduados ficaram posicionados cada um em uma faixa: 01 com renda de até R\$ 400 mil/ano e 01 com renda acima de R\$ 400 mil/ano.

Nesta análise, podemos ver que mesmo havendo estudos comprovando que quanto maior o nível educacional maior o rendimento, na presente pesquisa encontramos algumas exceções, pois alguns dos entrevistados de menor nível educacional possuem rendimentos maiores ou iguais aos de maior nível educacional.

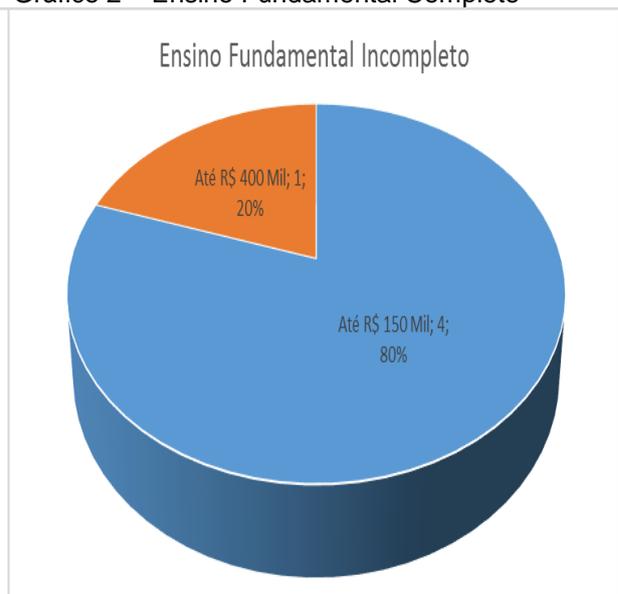
Sintetizando e de forma genérica podemos afirmar que a máxima se comprova, onde a maior parte dos respondentes situados na faixa de menor nível educacional relataram ter a menor renda e os de nível educacional mais elevado relataram ter maiores rendas, porém encontramos exceções. Os gráficos a seguir auxiliam na compreensão e visualização do exposto.

Gráfico 1– Ensino Fundamental Incompleto



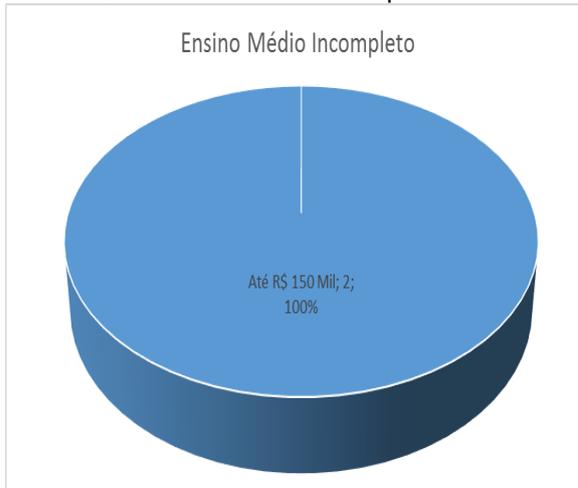
Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 2 – Ensino Fundamental Completo



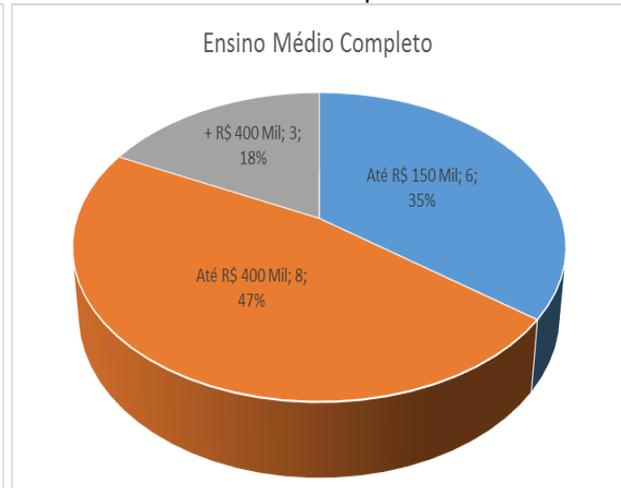
Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 3 – Ensino Médio Incompleto



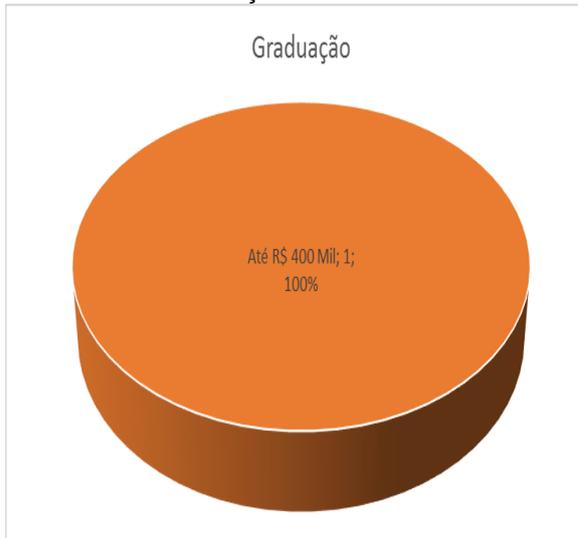
Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 4 – Ensino Médio Completo



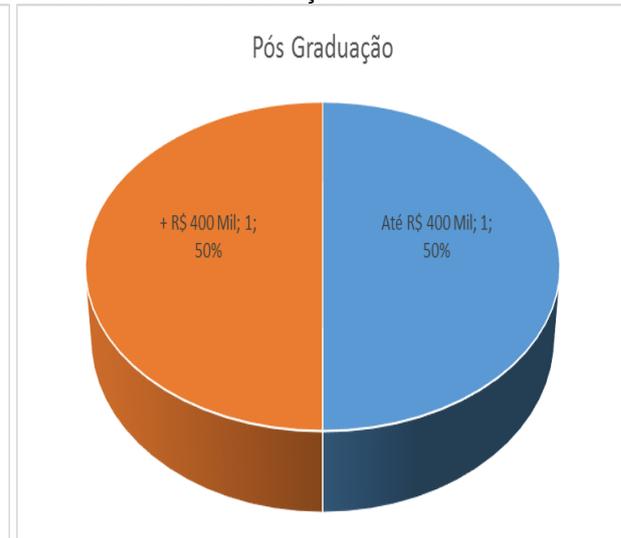
Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráficos 5 – Graduação



Fonte: Elaborado pelo autor.

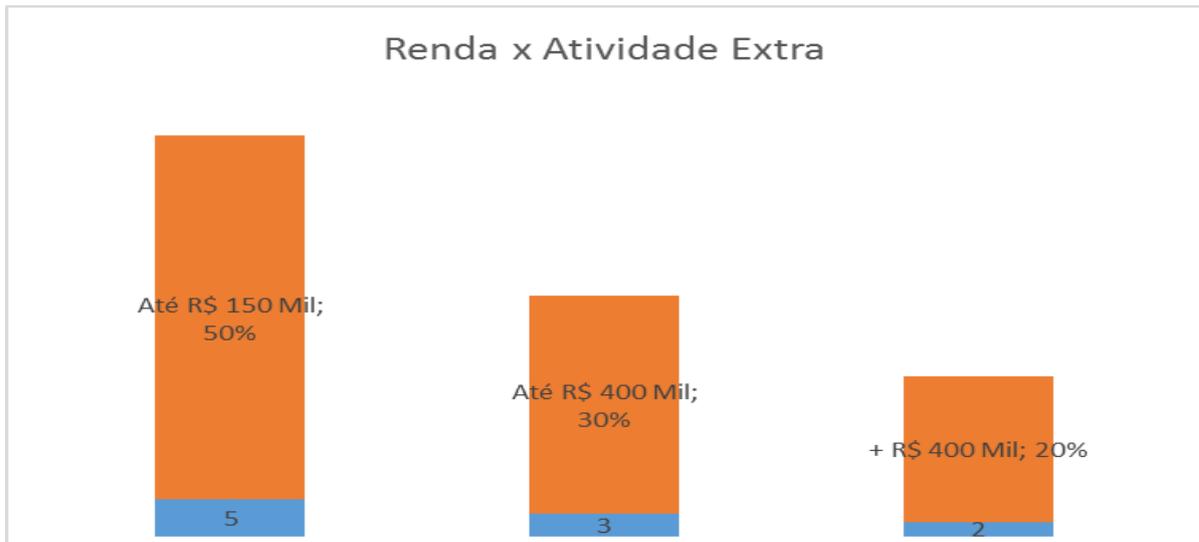
Gráfico 6 – Pós Graduação



Fonte: Elaborado pelo autor.

Outro dado interessante que merece atenção é a situação verificada se o entrevistado atua somente como produtor ou se além de produtor exerce outra atividade. Do total, 10 afirmaram possuir outra atividade além da produção agropecuária. Nestas outras atividades apareceram atividades de empresário, professor, diretor de cooperativa e empregado com carteira assinada. A relação atividade extra x rendimentos anuais também pode ser verificada, onde do total dos 10 entrevistados que declaram exercer atividades extras, 05 se situam na faixa de faturamento anual de até R\$ 150 mil/ano (50% da amostra), 03 afirmaram faturar até R\$ 400 mil/ano (30% da amostra) e 02 afirmaram faturar acima de R\$ 400 mil/ano (20% da amostra). O gráfico 7 auxilia na visualização desses percentuais:

Gráfico 7 – Relação renda x atividade extra



Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto ao indicador “incentivo a estudar” 31 responderam que foram incentivados pelos familiares a estudar, enquanto 24 responderam que não foram incentivados. Neste contexto, o incentivo é entendido como ter sido motivado pelos familiares a estudar quando crianças e jovens, pois muitos relataram terem sido destinados a trabalhar para auxiliar as famílias ao invés de serem enviados à escola.

Quando questionados sobre a forma de deslocamento mais usual para irem até a instituição escolar, 51 responderam que, na maioria das vezes iam a pé, enquanto 04 responderam que iam de outras formas. Entre estas outras maneiras apareceram respostas variadas, como o deslocamento de bicicleta, carroça, cavalo e moto. O fato de ir a pé é apontado como sendo uma dificuldade, pois os impelia a enfrentar intempéries e longas distâncias.

Ao serem perguntados sobre quais as dificuldades enfrentadas em relação aos estudos, 12 responderam que a maior dificuldade era o deslocamento, pois ir e voltar a pé nas estradas precárias era desmotivador. 04 responderam que eram as intempéries, como chuvas, geadas, granizos, ventos e calor excessivo. 34 responderam que estava no próprio ensino, onde à época, não conseguiam ver futuro em aprender os conteúdos ensinados, pois não havia aplicação prática em seus dia-a-dia e rotinas de habitantes do interior – à exceção de matemática, em função das transações comerciais e financeiras – Comentam que os pais e outros familiares e amigos concordavam com isso, e acabavam dando razão quando alguém comentava que iria parar de estudar. 05 responderam que não tinham

dificuldades. Já ao responderem sobre os motivos que os levaram a parar de estudar, 18 apontaram para o deslocamento, pois, conforme relatado acima, percorrer longas distâncias em estradas ora lamacentas, ora poeirentas era desmotivador. 08 apontam para as intempéries, como chuvas, geadas, ventos, granizo e calor excessivo. 24 participantes responderam que o principal motivo foi o trabalho, pois comentam que na época se trabalhava desde cedo (pouca idade), e isso era visto como normal, tanto que muitos acabavam por não ir mais nas aulas para ficarem trabalhando e dessa forma ir obtendo ganhos financeiros e materiais pois, exatamente como já relatado acima, era normal evadir para ir trabalhar e tentar a independência financeira. 03 apontaram como sendo o lazer o principal motivo, e nesse ponto o lazer é citado como caçar, pescar e jogar futebol. Tivemos ainda 02 participantes que não pararam seus estudos antes da pós-graduação.

Em relação ao fato de quererem ter dado continuidade aos estudos, 26 disseram que não gostariam de ter continuado, enquanto 27 disseram que gostariam de ter continuado os estudos à época. Quando motivados a comentar sobre quais os aspectos da vida a educação poderia lhe auxiliar, 13 apontaram para a obtenção de conhecimento, onde todo e qualquer aprendizado é bem-vindo e tende a agregar, 12 para a ampliação do entendimento sobre diversos aspectos, entre os quais a política e a economia, 08 para melhor compreensão de tecnologias e 20 responderam não auxiliar em nada. Estes 20 participantes, embora reconheçam que o conhecimento faz diferença na vida de todas as pessoas, entendem que adquiriram e adquirem conhecimento no dia a dia.

Ao serem instigados a pensar e discutir sobre a retomada dos estudos, 50 responderam que não retomariam os estudos e 02 apontaram que uma oferta diferenciada de estudos os faria voltar e os demais não responderam. Os que não retomariam os estudos dizem que a combinação de idade atual com condição de vida atual – rendimentos e bem-estar da família – não os faz se interessarem por voltar à sala de aula. A oferta diferenciada é entendida como cursos específicos para atividades agropecuárias e com horários que permitam trabalhar e cursar ao mesmo tempo. Ao responderem sobre quais conteúdos e conhecimentos são importantes aprender para auxiliar no trabalho diário, 08 disseram que a informática lhes faz falta, pois atualmente os equipamentos, máquinas e implementos, e até instalações possuem tecnologia embarcada, e só são possíveis de se operar tendo conhecimento de informática. 05 disseram que lhes auxiliaria uma melhor

compreensão acerca das tecnologias. Aqui os motivos apontados são os mesmos, pois a tecnologia embarcada nos maquinários, aparelhos, máquinas, implementos e instalações necessitam de conhecimento para operacionalização e utilização. Os demais não responderam.

Ao responderem sobre as dificuldades que enfrentaram em relação aos estudos e ao ensino, 12 entrevistados apontaram como a principal dificuldade na época o deslocamento. Já 04 entrevistados apontaram para as intempéries, enquanto 34 entrevistados afirmaram que as principais dificuldades estavam no ensino mesmo. Neste ponto a diversidade de respostas é enorme, há a afirmação de que “não gostava de ir à aula”, outra de que “tinha medo da professora”, outra “achava bobagem ficar sentado o tempo todo”. Ao mesmo tempo houveram 05 entrevistados que afirmaram não terem tido dificuldades de ordem alguma.

Os motivos da evasão estão correlacionados nestas últimas questões, o que pode ser observado nas conversas mantidas com os entrevistados. Declarações do tipo “era o que todos faziam na época”, ou “naquela época se entendia como suficiente esse “estudo””, ou “preferia trabalhar do que estudar” são corriqueiras, definindo um certo senso comum entre os contemporâneos daqueles momentos.

Dados do *site* Gesta (2017), especializado em divulgar estudos aprofundados sobre assuntos de interesse social e tem como líder do estudo o economista Ricardo Paes de Barros, divulga estudo onde elenca as causas mais frequentes sobre a evasão e abandono escolar. Neste estudo, os apontamentos são de que “as principais causas de evasão e abandono do ensino são o acesso limitado, o déficit de aprendizado e a baixa percepção da importância do ensino”. Os mesmos motivos são apontados pelos entrevistados de nossa pesquisa, conforme podemos ver na sequência.

Além disso, as questões das dificuldades enfrentadas nos deslocamentos são muito presentes nos diálogos. O enfrentamento de frio e chuva, a pé e muitas vezes descalço, aliado as dificuldades normais para as décadas passadas, como precariedade de eletricidade, água encanada e outros são frisados por todos.

Mesmo os que afirmaram não terem passado por essas dificuldades exaltam a existência delas para os colegas, amigos e familiares. Muitos comentam que “era judiado ir e voltar da escola”, “eram quilômetros e quilômetros a pé, descalço e na chuva.” Também comentam que “quando não saía quebrando gelo com o pé nas manhãs de inverno, o sol escaldava de tão quente na volta, no verão.” A ressalva se

dá na afirmação de um dos participantes que diz: “Fiz o técnico. Hoje penso em fazer agronomia. Mas a grande maioria dos agrônomos é vendedor. Não trabalham a terra em si e não produzem nada”. Isto demonstra a vontade e aptidão em produzir, ser produtor agropecuário e não atuar fora da atividade produtiva. Fato considerável e louvável, porém, também demonstra certa falta de crença no estudo e na forma de ensino, fato no mínimo curioso, pois ao ver os agrônomos se dedicando às vendas de insumos, defensivos, equipamentos e materiais agropecuários, se desanimam de estudar, pois entendem que a função de um engenheiro agrônomo é auxiliar a produzir produtos agropecuários, através de assistência técnica e acompanhamento. Não reconhecem essa venda como sendo parte disto, dessa assistência e acompanhamento.

Em relação ao porquê de darem continuidade aos estudos, não faltam afirmações do tipo: “sempre é bom ter mais conhecimento”; “poderia entender melhor alguns aspectos da vida”; “poderia analisar melhor os cenários”. O que dá a entender que a associação que se faz é de que o estudo ampliaria a compreensão e entendimento sob todos os aspectos da vida.

As respostas sobre o que seria preciso hoje para que voltasse a estudar foram surpreendentes. Nada menos que 50 entrevistados disseram que não voltariam a estudar, enquanto 02 entrevistados disseram que seria necessária uma oferta diferenciada de cursos e 03 entrevistados não responderam.

Esse resultado surpreende se relacionarmos algumas questões anteriores com esta, visto que muitos apontam que os estudos lhes fizeram falta, que gostariam de compreender e entender melhor algumas situações, além de que, também afirmam que a obtenção de maiores aprendizados ou de novos conhecimentos lhes auxiliariam em alguns aspectos, exatamente como descrito na página 29. Porém, quando instigados a retomar a caminhada do aprendizado através do ensino formal, a maioria não se propõe – ao menos em um primeiro momento – a isso.

Alguns, embora tenham níveis de ensino mais baixos, entendem que, mesmo enfrentando dificuldades até hoje, conseguiram, no seu entendimento e percepção, obter ao menos um nível satisfatório de vida e entendem também que tiveram algumas conquistas importantes. Ou seja, cada um, a seu modo, desenvolveu suas competências na produção agropecuária e conseguiu tornar essa atividade a sua forma de ganhar a vida. Isso vem ao encontro do que afirma Durand (1998, p.3),

quando diz que a competência é um “conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes interdependentes e necessárias à consecução de determinado propósito”.

Afirmações como “consegui dar condições de meus três filhos irem além do que fiz na vida, mesmo tendo pouco estudo”, ou “consegui auxiliar minhas filhas a finalizarem seus estudos e adquirirem seus primeiros patrimônios, que são suas casas e seus carros, sempre trabalhando muito, mesmo não tendo quase nada de estudo” dão respaldo para essa forma de pensamento e de visão de vida.

Entende-se que todas as dificuldades enfrentadas na época de escola acabaram por moldar as escolhas – ou ausência delas – em dado momento da vida onde se depararam com um paradoxo – continuar estudando, ou parar, seja para trabalhar ou qualquer outro motivo.

Estas mesmas afirmações demonstram que todos os participantes reconhecem que de uma forma ou de outra, de um jeito ou de outro, obtiveram algum desenvolvimento durante a vida. Esse desenvolvimento é a aquisição de bens e patrimônio, a educação dos filhos e algum mínimo de conforto no lar e nas atividades laborais. Há comentários nesse sentido, quando dizem que “a vida ensina muito”, ou que triunfaram “trabalhando, vivendo e aprendendo”, são algumas das provas de que conseguiram suplantar a falta de estudo com o ganho de conhecimento empírico, baseado na vivência e no aprendizado *in loco*.

Nos dois últimos questionamentos, relatados nos parágrafos a seguir, a quantidade de respondentes ficou aquém do estimado, visto que ao não se disporem a retomar os estudos entendiam que não havia motivo para opinar a respeito dos questionamentos propostos. Somente 4 participantes responderam sobre como teria de ser a oferta de ensino, sendo que 03 entrevistados disseram que necessitaria ter um horário diferenciado, onde pudesse realizar suas atividades rotineiras de trabalho e estudar ao mesmo tempo, e 01 entrevistado respondeu que necessitariam ser cursos específicos, que tratassem diretamente de assuntos inerentes à produção agropecuária.

Quando questionados sobre os conteúdos e conhecimentos relevantes a aprender para auxiliar e melhorar o dia a dia no trabalho, 08 entrevistados disseram que tudo que se refere à informática lhes auxiliaria e 05 entrevistados disseram que aspectos ligados à tecnologia seriam de grande utilidade no dia a dia.

Esse auxílio e utilidade se molda hoje em dia, principalmente no embarque tecnológico que maquinários, implementos, equipamentos e instalações agrícolas e

pecuárias tem tido nos últimos tempos, onde a informática, a automação e a robótica estão cada vez mais presentes, e para a operacionalização destes se faz necessário que se compreenda e entenda os sistemas de funcionamento. Nesse ponto as afirmações são contundentes.

Para muitos isso é uma quebra de paradigma. Soma-se a isso a rápida evolução tecnológica dos aparelhos domésticos. Depoimentos como “recém estou aprendendo a ligar e desligar o *smartphone*” e “a colheitadeira tem *G.P.S.* e piloto automático, assim como o pulverizador, como vou trabalhar se não der jeito de entender isso?” demonstram que essa necessidade é um caminho sem volta, que a tecnologia veio para ficar na produção agropecuária, e pode ser motivo de exclusão caso não se internalize essa necessidade de aprendizado, seja através da prática ou de treinamentos e estudos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após ter entrevistado a amostragem de 55 pessoas, um número considerável para este tipo de pesquisa, amostragem esta que está distribuída e tem sua vivência por todos os distritos e arredores do município de Três de Maio/RS, nos deparamos com algumas situações inusitadas diante do que se propõe o trabalho.

A pesquisa chegou a resultados que, bem como relatado anteriormente, vai de encontro com resultados de outras pesquisas correlatas ao tema, onde existem afirmações de que nível de ensino e rendimentos caminham juntos, ou seja, quanto maior o nível educacional de um profissional, maior a sua possibilidade de ganhos financeiros. A diferença fica por conta das amostragens, onde as pesquisas anteriores se deram com públicos urbanos, e este trabalho foi direcionado e conduzido através de entrevistas com público rural. Talvez por isso é que tenhamos encontrado algumas situações que fogem às afirmações das pesquisas anteriores, embora no contexto geral as médias acompanhem os demais estudos, bem como pode ser visualizado nos gráficos apresentados.

Outro dado curioso está no fato dos participantes não se disporem, ao menos nesse momento, de retomar os estudos, sob qualquer condição. Embora elenquem aspectos que lhes auxiliariam no dia a dia, como aprendizado de informática e entendimento de tecnologias, a imensa maioria disse que não retomaria os estudos e não voltaria para “a sala de aula”. A não disposição para retomada do ensino formal tem muito a ver com o tempo de vida e a condição socioeconômica dos entrevistados, pois a amostragem se situou em pessoas com mais de 40 anos de idade, onde todos são proprietários de suas áreas de terras e, conforme os mesmos, estão em uma situação estável no que diz respeito à nível de vida e rentabilidade.

Isto é corroborado pelas afirmações de que “já não tenho mais idade para ir para uma sala de aula”, “estou velho demais para estudar” e “hoje em dia não vou aprender mais nada”. No imaginário dos pesquisados, retornar para o ensino, seja ele em qual nível for, faz com que se sintam “diferentes” de seus pares, e isso lhes gera uma sensação de desconforto. Outro fato que soma é o de que, em sua forma de entender, estão com um nível de vida que lhes satisfaz, ao menos na maioria dos aspectos que avaliaram no momento das conversas. Ou seja, obtém rendas e ganhos que lhes garante um nível de vida que percebem como satisfatório e isso lhes é suficiente atualmente.

Com relação a isso, nos diz Caldart (2008) que:

[...] há saberes, como os ligados ao mundo do trabalho e da cultura, que têm sua origem fora e às vezes bem longe da escola, à qual cabe uma aproximação crítica nem tanto para tentar trazer estes saberes para o seu interior, o que nem sempre é possível sem trair sua natureza, mas para provocar a inserção dos educandos em processos sociais capazes de produzi-los. (CALDART, 2008, p.29).

Há que se saber, que o respeito aos mais diversos saberes é uma obrigação, não só de quem pesquisa, mas de todos. E neste ponto existem diversos saberes, embora se sobressaia o saber fazer, onde se aprendeu fazendo, com o conhecimento sendo repassado de geração em geração e sendo incorporado, reproduzido e melhorado nessa troca de gerações, gerando um conhecimento e um elemento cultural rico e interessante, que molda, define e distingue estes habitantes do meio rural.

Embora estes não se disponham, sempre há os que querem ir adiante e buscar conhecimento e aprendizado, e aos que se interessam, há que se proporcionar estas oportunidades, pois são estes cidadãos que contribuem para que todos possam ter alimentos na mesa diariamente. Dentro dessa ótica, com o intuito de manter os homens no campo, produzindo e mantendo o campo vivo, e por sua vez estabelecendo o rural e as ruralidades, temos o depoimento do atual Ministro de Agroindústria da Argentina, Ricardo Buryaile (2017):

“O setor agroindustrial representa mais de 60% das divisas de exportações, 18% do PIB e 32% dos empregos. Mas, fundamentalmente, representa a territorialidade argentina: soberania, tradição cultural e as raízes da terra. A Argentina mantém sua população no campo quando o setor está bem. Se a situação para os produtores está mal, imediatamente se produz a migração rural para os centros urbanos. Além disso, o produtor rural constrói a soberania porque no interior, no lugar mais desolado, abandonado, inóspito, sempre há um produtor rural produzindo algo: ovelha, cabra, leite... E esse produtor está construindo a pátria, não está apenas fazendo negócios.” (Buryaile, 2017, p.16).

Esta forma de pensamento vindo de uma pessoa ligada à política e não vinculada diretamente à educação demonstra qual deveria ser a maior bandeira de uma nação, para que sua economia se desenvolva e se fortifique. A educação é meio de transformação, ferramenta de crescimento individual e coletiva, onde todos saem ganhando sempre.

Nesse sentido, educar os habitantes do campo é não só necessário, é estratégico ao se pensar o Brasil, onde o principal pilar econômico é a produção agropecuária.

O objetivo geral desta pesquisa foi educação do campo e determinantes do nível de escolaridade no meio rural: análise para a realidade de Três de Maio/RS, onde os levantamentos e resultados nos trouxeram uma amostragem da realidade dos habitantes do meio rural do município. Assim como os objetivos específicos foram descrever as mudanças ocorridas na educação do campo desde a década de 1970 até os dias atuais, analisar a perspectiva de retomada das atividades estudantis junto aos participantes, e através destes, propor ações de parceria com o poder público, a fim de elaborar uma proposta educacional que respeite as especificidades deste público.

Desta forma, podemos dizer que os objetivos, tanto gerais como específicos foram alcançados. O objetivo geral por averiguar o nível de escolaridade dos participantes, e os específicos por levantar este assunto e obter as respostas dos entrevistados, e através destas, se levar em conta estes perfis para elaboração de uma proposta de ensino.

Como sugestão para futuras pesquisas que queiram aprofundar o assunto, se indica que estudem faixas etárias menores, e junto a estes levantem dados e informações sobre quais as melhores formas, horários e conteúdos a serem oferecidos no caso de se elaborarem propostas de ensino específicas para públicos rurais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. R.; DI PIERRO, M. C. **A construção de uma política de educação na reforma agrária**. A educação na Reforma Agrária em perspectiva. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004.

As causas da evasão e abandono escolar. Acesso em 28/10/2017. Disponível em <http://gesta.org.br/tema/engajamento-escolar/>

Aspectos gerais de Três de Maio – RS. Acesso em 23/05/2017. Disponível em: <http://www.pmtresdemaio.com.br/site/conteudos/656-aspectos-gerais>

BATISTA, L. C. **Cadernos de formação: uma contribuição à formação do professor de geografia e a sua atuação em zona rural**. Aquidauana: UFMS, 1995.

BONADIA, P. R. **A relação entre o nível de escolaridade e a renda no Brasil**. FEA – IBMEC. São Paulo, 2008.

BRANDÃO, C. R. **O trabalho de saber: cultura camponesa e escola rural**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

Buryaile R. Ministro de Agroindústria da Argentina. **Revista Globo Rural**, Ano XXXII, nº 384, p. 16, outubro 2017.

CALDART, R. S. **Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo**. Cadernos temáticos: Educação do campo. Secretaria do Estado de Educação do Paraná. Curitiba, 2008.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

Classificação dos tipos de pesquisas. Acesso em 26/05/2017. Disponível em: www.portaleducacao.com.br/administracao/artigos/34192/classificacao-dos-tipos-de-pesquisa

Como formular um problema. Acesso em 26/05/2017. Disponível em: www.firb.br/editora/index.php/teste/article/download/16/8

DUFUMIER, M. **Projetos de Desenvolvimento Agrícola – Manual para especialistas**. 2ª edição – Salvador, EDUFBA, 2010.

DURAND, T. **Formas da Incompetência**. Procedimentos da 40ª conferência Internacional de gestão baseada na competência. Escola Norueguesa de gestão. Oslo, 1998.

Educação no campo – Educação Integral. Acesso em 01/06/2017. Disponível em www.educacaointegral.org.br/glossario/educacao-no-campo

Educação no Campo – Educadores. Acesso em 01/06/2017. Disponível em www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=566

Educação no Campo – Gestão escolar. Acesso em 01/06/2017, Disponível em <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/396/educacao-do-campo>

FERNANDES, B. M. **Diretrizes de uma caminhada**. A educação do campo: Identidade e Políticas públicas. ANEBC. Nº 04. 2002.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FRÖHLICH, E. R; DORNELES, S. B. **Elaboração de monografia na área de desenvolvimento rural**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação

Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T.(Organizadoras) **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Ed. Atlas. São Paulo, 2002.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo. v. 35. n. 2. p. 57-63, 1995.

JARDILINO, J. R., ROSSI, G., SANTOS, G. T. **Orientações Metodológicas Para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos**. São Paulo: Gion, 2000.

JESUS, S. A.; SANTOS, M. **O PRONERA como política de educação do campo**. Cascavel, 2011.

KOMINKIEWICZ, F. **Paradigmas da gestão de propriedades rurais familiares na região meio oeste de Santa Catarina**. Curitiba, 2015.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Acesso em 14/11/2017. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm >.

Mais força para a Educação no Campo. Acesso em 31/05/2017. Disponível em www.novaescola.org.br/conteudo/2921/mais-forca-para-a-educacao-no-campo

Metodologia da pesquisa – Objetivos gerais e específicos. Acesso em 26/05/2017. Disponível em: metodologiadapesquisa.blogspot.com/2008/11/objetivos-gerais-e-especificos.html

MOLINA, M. C. **Educação do campo e pesquisa – Questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

NASCIMENTO, C. G. **Pedagogia da resistência cultural: um pensar a educação a partir da realidade campesina**. In: ENCONTRO REGIONAL DE GEOGRAFIA, 8, 2003, Goiás.

OLIVEIRA, M. F. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Catalão: UFG, 2011.

Plano Decenal de Educação de Três de Maio/RS. Acesso em 14/11/2017. Disponível em: http://www.pmtresdemaio.com.br/Arquivos/240/Conte%20C3%BA%20dos/1055/Plano%20Decenal%20de%20Educa%20C3%A7%20C3%A3o_3022.pdf

População de Três de Maio – RS. Acesso em 23/05/2017. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=432180&search=rio-grande-do-sul>.

Quais os Desafios da Educação no Campo. Acesso em 31/05/2017, Disponível em www.fundacaotelefonica.org.br

SCHNEIDER, S. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Porto Alegre: Sociologias, 2004.

SILVESTRO, L. M. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SPIES, A. **Desafios e oportunidades para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar**. Revista Agropecuária Catarinense – RAC. V.23, nº2, jul. 2010. Acesso em 12/10/2017.

Disponível em http://www.epagri.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2028:rac-edicao-de-julho-de-2011&catid=46:publicacoes&Itemid=1.

TRIVIÑOS, A. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2000.

APÊNDICES

Roteiro semiestruturado para entrevista

Eixo I – Perfil Sociodemográfico

Nome:

Idade:

Localidade:

Nível de escolaridade [estudou até que ano]:

Estuda atualmente? Instituição: Curso:

Composição do grupo familiar [pessoas que moram com você]:

Atividade profissional atual:

Faixa de faturamento anual:

Eixo II – Processo de Escolarização

Onde você estudou? Em qual ou quais instituições?

Você foi incentivado por seus familiares a estudar?

Como realizava seu deslocamento até a instituição escolar?

Quais as dificuldades que você enfrentou em relação ao ensino, aos estudos?

Quais os principais motivos que o/a levaram a parar de estudar?

Eixo III – Perspectivas de Retomada da Escolarização

Gostaria de ter dado continuidade nos estudos? Por quê? [Caso tenha interrompido antes do Ensino Médio].

Em que aspectos de sua vida pessoal, familiar e profissional a Educação do Campo poderia lhe auxiliar?

O que seria preciso hoje para que você voltasse a estudar?

Como teria de ser a oferta de ensino?

Pensando numa Educação do Campo quais os conteúdos, conhecimentos são importantes de aprender e poderiam lhe auxiliar diretamente em seu trabalho na propriedade?

Agradecimentos.

Termo de consentimento livre e esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

Trabalho de Conclusão de Curso INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS

NOME: _____

RG/CPF: _____

Este Termo de Consentimento Informado, Livre e Esclarecido explica o Trabalho de Conclusão de Curso “Educação no campo e determinantes do nível de escolaridade no meio rural: análise para a realidade de Três de Maio/RS” para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso *Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER*, que tem como objetivo analisar os principais fatores que influenciam no nível de escolarização atual da população rural acima dos 40 anos no município de Três de Maio/RS. Minha participação consiste na recepção do aluno **Marcelo Müller** para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um **Trabalho de Conclusão de Curso** escrito pelo aluno. Para isso,
() **AUTORIZO** / () **NÃO AUTORIZO** minha identificação para publicação no TCC.

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura _____

Três de Maio, ____ de Setembro de 2017.